

Audiência Pública para Projeto de Lei: Preparação, prevenção e resposta às ameaças e emergências em saúde pública

Maria Almiron

Unidade Técnica de Vigilância, preparação e resposta à emergências e desastres

Antecedentes

**RSI – 2005:
DETECTAR, PREVENIR E
RESPONDER AS
EMERGÊNCIAS**



**CONSTRUIR E MANTER
CAPACIDADE PARA SE
PROTEGER DE EMERGÊNCIAS
EM SAÚDE**

**PREPARAÇÃO COM LÍDERES E
TOMADORES DE DECISÃO
NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

**IDENTIFICAR LACUNAS
CRÍTICAS NA PREPARAÇÃO
E RESPOSTA EM VÁRIAS
PERSPECTIVAS**

Preparação legal



Marcos legais essenciais para a preparação do sistema de saúde pública.



Elementos principais da preparação legal para emergências de saúde pública:

- ✓ **Leis:** autoridades jurídicas baseadas na ciência e nos princípios contemporâneos da jurisprudência;
- ✓ **Competências:** profissionais que conhecem seu ordenamento jurídico operacional e como aplicá-la aos objetivos da saúde pública;
- ✓ **Coordenação:** para implementar ações baseadas na lei em todas as jurisdições e setores; e
- ✓ **Informações:** sobre as melhores práticas e políticas promissoras da legislação de emergência de saúde pública.



Preparação legal



Revisão periódica da legislação existente >>> garantir que as estruturas jurídicas apropriadas estejam em vigor para gerenciar os riscos e emergências de saúde:

- Promover uma abordagem governamental como um todo; e
- Garantir recursos suficientes para a plena implementação da legislação existente.



Países que tinham legislação desatualizada.



Países que alteraram sua legislação de emergência de saúde após a SARS, a pandemia de H1N1 ou a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS).



Países que aprovaram nova legislação durante a pandemia do COVID-19.



Países que alteraram sua legislação de emergência antes da pandemia



COVID-19

Melhor preparação legal para responder a COVID-19.

No entanto....



Legislação de
saúde pública

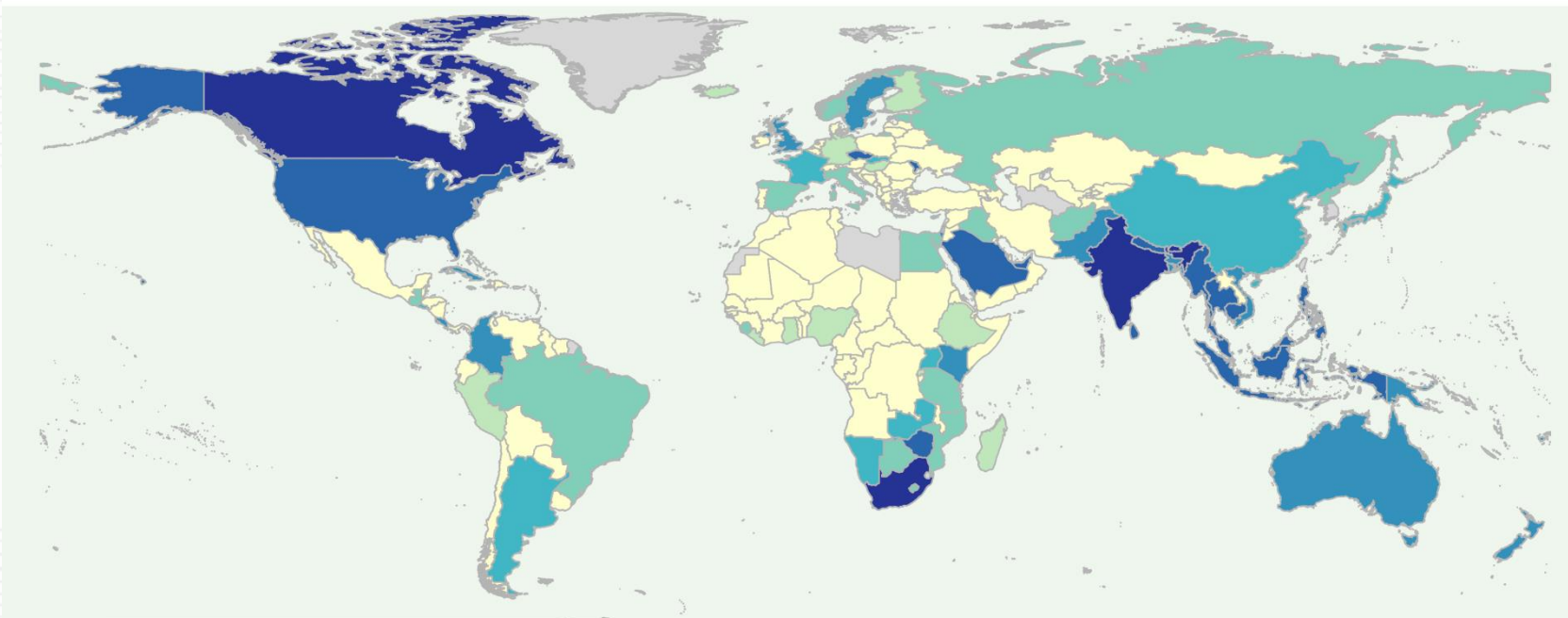
A legislação de saúde pública estava desatualizada ou inadequada para:

- **Flexibilizar a gestão das finanças públicas e compras;**
- **Obter uma resposta coordenada de todo o governo; e**
- **Otimizar o uso da força de trabalho de saúde.**

Países que aprovaram nova legislação durante a COVID-19

- **Legislação delegada: decretos, regulamentos, portarias, medidas provisórias. Foi utilizada para:**
 - Permitir intervenções rápidas e necessárias na atividade pública: quarentena e isolamento, distanciamento social e uso de máscaras;
 - Mitigar os efeitos de uma desaceleração na atividade comercial;
 - Controlar a divulgação de informações e tratar a desinformação;
 - Encorajar o envolvimento do setor privado;
 - Introduzir flexibilidade nos sistemas existentes; e
 - Permitir que os parlamentos se reúnam e os tribunais funcionem >>> governança e proteção ao estado de direito.
- O trabalho legislativo em relação a COVID-19 continua.
- Muitas das disposições legais introduzidas em resposta à COVID-19, permanecem como leis de emergência, que precisam ser examinadas em termos de respeito pelos direitos humanos fundamentais.

Países que aprovaram nova legislação durante a COVID-19



Países (número de leis)

- Nenhuma legislação cadastrada
- Até 5 leis
- Entre 6 a 10
- Entre 11 a 20
- Entre 21 a 40
- Entre 41 a 80
- Entre 81 a 160
- Entre 161 a 319

País	Documentos legais (número)
Índia	319
Butão	228
África do Sul	208
Canadá	173
Nepal	158
Filipinas	151
República Tcheca	148
Arábia Saudita	143
Myanmar	139
Indonésia	138
Malásia	135
Moldávia	130
Sri Lanka	126
Cambodia	109
Emirados Árabes Unidos	106
Estados Unidos da América	96
Brasil	15

O trabalho que vem pela frente



A reforma da lei e o desenvolvimento da legislação podem ser um processo longo.



A consideração da reforma da lei bem antes de uma crise de saúde é uma parte importante da preparação



A arquitetura legislativa básica precisa ser estabelecida, compreendida, administrada, financiada e totalmente implementada antes que surja uma emergência de saúde

O Artigo 63 da Constituição da OMS exige que os Estados Membros comuniquem prontamente "importantes leis, regulamentos, relatórios oficiais e estatísticas relativas à saúde pública ..." para a OMS.

Objetivos das reformas legislativas

O objetivo final de qualquer reforma legislativa da saúde é prevenir pandemias

1

Fortalecer a detecção rápida, notificação, alerta e resposta a uma potencial pandemia ou ameaças a saúde pública: incluindo garantia de capacidades mínimas de vigilância e compartilhamento de informações em tempo hábil, e baseado em evidências.

2

Abordar as desigualdades (acesso a vacinas, terapêuticas, diagnósticos e suprimentos essenciais).

3

Assegurar um financiamento previsível em grande escala para garantir um financiamento total, sustentável e suficiente para preparação e resposta a uma pandemia.

4

Melhorar o compartilhamento rápido e abrangente de dados de saúde pública, dados de sequenciamento genético (GSD) e amostras, necessárias para detectar, compreender e responder às ameaças de pandemia.

Recomendações

Legislação

Revisar periodicamente a legislação existente para:

- Garantir que as estruturas jurídicas apropriadas estejam em vigor para gerenciar os riscos e emergências de saúde;
- Promover uma abordagem governamental como um todo; e
- Apoiar o estabelecimento e funcionamento das capacidades básicas em todas as áreas mencionadas nos artigos 5 e 13 e no anexo 1 do RSI.

Emergências

Garantir que a legislação nacional sobre preparação e resposta a emergências apoie e seja consistente com as disposições e tratados internacionais vigentes (RSI, proteção de dados pessoais, incluindo de viajantes e migrantes).

Recursos

Garantir que recursos suficientes estejam disponíveis para a plena implementação da legislação.



Merci
Gracias
Obrigado
Thank You!